

Metrópoles brasileiras: o reflexo da segregação sócio-espacial

Raquel Chaffin Cezario

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

raquelchaffin@yahoo.com.br

Rodrigo da Costa Caetano

Professor Associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

profrodrigo@uenf.br

Resumo

O presente ensaio é um breve estudo sobre a segregação sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. As metrópoles, além de serem símbolos de riqueza, modernidade e acesso a serviços e tecnologia de ponta, também representam a segregação sócio-espacial, sendo marcadas pela divisão centro x periferia, que também reflete a atuação do poder público como articulador do espaço urbano. Essa segregação social e espacial recria novas formas de viver e de sobreviver nas cidades. O quadro de extrema desigualdade social dificulta cada vez mais a construção de uma sociedade mais justa, que garanta igual acesso à cidade. As classes mais abastadas, usando como justificativa a violência e a desordem nos centros urbanos, se autosegregam em seus condomínios de luxo. Por fim, não devemos desconsiderar a segregação ambiental, fruto da promiscuidade entre o poder público e o privado.

Palavras-chave: Metrôpoles brasileiras. Segregação sócio-espacial. Centro x periferia.

Introdução

O presente ensaio visa um breve estudo sobre a segregação sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. As metrópoles são símbolos de riqueza, modernidade e acesso a serviços e tecnologia de ponta. Entretanto, também representam a segregação sócio-espacial, sendo marcadas pela divisão centro x periferia (áreas mais desenvolvidas e áreas com carência de certos serviços e infraestrutura, tais como o subúrbio ou entorno, e as favelas). O período compreendido entre os anos de 1930 e 1980 foi marcado por intensas mudanças na formação social brasileira, pois nossa economia passou de agrário-exportadora para urbano-industrial. Podemos dizer que a expansão da cidade e a formação da região metropolitana no Brasil acentuaram a segregação sócio-espacial devido a uma urbanização dual (que separa ricos de pobres), típica de um desenvolvimento desigual e excludente.

Essa segregação social e espacial recria novas formas de viver e de sobreviver nas cidades. Tal processo de segregação está intimamente ligado ao "direito à cidade" e ao poder público como articulador do espaço urbano. O subúrbio e as favelas, enfim, a periferia pobre, não tem direito à cidade, não só por conta do preço do solo e especulação imobiliária, impedindo o acesso à cidade formal, como também devido à sua locomoção (transportes) e, por fim, devido à cultura do medo, que estigmatizou os locais habitados pelas classes menos abastadas, relacionando-os com a violência urbana e o tráfico de drogas. Esse quadro de extrema desigualdade social dificulta cada vez mais a construção de uma sociedade mais justa, que garanta igual acesso à cidade e o pleno exercício de cidadania a toda a sociedade.

As classes mais abastadas têm se autossegregado em seus condomínios de luxo, que constituem verdadeiros enclaves fortificados com o objetivo explícito de apartar ricos de pobres e a sua pobreza, concomitantemente procurando defender-se e resguardar-se contra a degradação social e a violência.

Há também a segregação ambiental, reflexo da promiscuidade entre o poder público e o privado, que permite a ocupação habitacional em áreas de proteção ambiental quando ela visa apenas à especulação e ao lucro.

Por fim, as metrópoles brasileiras refletem a separação física e simbólica que dificulta a sociabilidade conjunta, em que a intensa fragmentação das identidades muda o caráter do espaço público e extingue a possibilidade de uma igualitária esfera pública, que se contrapõe aos valores e ao ideário de uma sociedade mais justa e democrática.

Objetivos

O objetivo principal deste trabalho é demonstrar como as metrópoles brasileiras refletem a desigualdade social e espacial que assola o nosso país. As metrópoles, que são verdadeiros símbolos de riqueza e desenvolvimento, são também o reflexo da pobreza, da segregação e da falta de políticas que articulem devidamente o espaço urbano, gerando uma urbanização desigual. Sendo assim, podemos observar que as metrópoles brasileiras são marcadas pela divisão centro x periferia, na qual o centro pode ser aqui definido como áreas mais desenvolvidas e que disponibilizam a maior parte dos serviços; e a periferia, o entorno ou o subúrbio, e as favelas. A periferia também pode ser fruto de uma autossegregação, ou seja, de um isolamento das classes mais abastadas da sociedade. Essas pessoas, usando como justificativa a violência e a desordem urbanas, se enclausuram em seus condomínios, necessitando cada vez menos se locomoverem até o centro. Esse trabalho também objetiva mostrar que as classes menos abastadas não têm igual direito à cidade, o que impede o exercício pleno de cidadania para todos, e não somente para as classes mais ricas, confirmando cada vez mais a desigualdade e a segregação.

Metodologia

A metodologia utilizada para a elaboração desse ensaio foi o trabalho de gabinete, ou seja, pesquisa e seleção da literatura pertinente, análise crítica e diálogo com autores que abordam o assunto, e construção de uma argumentação de cunho teórico, que se constitui como fase inicial de uma pesquisa em andamento. Fui também orientada pelo Prof.^o Rodrigo da Costa Caetano (Professor Associado da UENF, doutor em Geografia pela UFF).

Contribuições geográficas

Globalização e Segregação Sócio-espacial nas Metrôpoles Brasileiras

As metrópoles refletem os mais diversos agentes sociais, políticos e econômicos desse mundo contemporâneo, e se constituem como o elo entre o local e o global. A globalização, processo que supostamente tenderia a uma homogeneização, proporcionou uma maior fluidez ao capital e às mercadorias, indicando a disseminação em escala planetária de processos gerais relacionados às relações de trabalho, difusão de informações e pretensa uniformização cultural (HAESBAERT; LIMONAD, 2007). Entretanto, a globalização não homogeneizou o espaço geográfico mundial, pois as identidades, marcadas por relações de poder, se

manifestam no espaço geográfico e na configuração dos territórios, criando um espaço heterogêneo propício à produção e reprodução das relações capitalistas.

Carvalho (2004) ressalta os vínculos entre o global e o local, mostrando a formação de um sistema mundial de cidades, como “*global cities*” (que funcionariam como uma rede de nós articulados, através dos quais circulariam os mais importantes fluxos de informação, capital e recursos). Essas cidades globais concentram o poder econômico, as sedes das grandes corporações, o controle dos meios de comunicação e os serviços produtivos modernos, criando, dessa forma, uma polarização e o aumento das diferenciações entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que a globalização contribui para o crescimento das metrópoles, ela contribui para uma arquitetura produtiva que tece redes e nós, qualificando e desqualificando espaços, em função de fluxos planetários, causando um impacto territorial e social sobre a organização e o funcionamento das cidades, num processo de desenvolvimento desigual e combinado.

Nas metrópoles estão concentrados os principais núcleos financeiros dos chamados agentes hegemônicos da economia global. A metrópole seria, portanto, a expressão e a forma espacial mais representativa e simbólica da sociedade e do mundo atual, possuindo um caráter que apresenta muitas faces. Apesar das metrópoles dos países em desenvolvimento apresentarem suas peculiaridades, as metrópoles mundiais possuem características comuns. As brasileiras, por exemplo, tais como as demais, concentram riqueza e desenvolvimento, mas são também o reflexo da desigualdade social e espacial.

No Brasil, a industrialização recrudescer as desigualdades regionais, concentrando-se no Centro-Sul do país (principalmente em São Paulo), gerando dificuldades ocupacionais e sociais que se acentuaram particularmente nas metrópoles. O Brasil se constituiu, assim, com cidades desiguais e segregadas, nas quais as camadas abastadas se concentram em bairros com boa disponibilidade de infraestrutura e serviços, enquanto que as classes menos favorecidas vivem em condições precárias, periferias pobres e desprovidas de serviços básicos.

Bazan (2008) demonstra que a urbanização brasileira vem apontando para um processo de hierarquização e segregação da sociedade, em que as desigualdades sócio-espaciais cada vez mais se evidenciam, em especial, nas metrópoles. As pessoas que migram para as metrópoles anseiam por novas oportunidades. Entretanto, não são bem absorvidas por vários fatores, como a desqualificação profissional. E, por causa da falta de unidades habitacionais e de um sistema funcional para pessoas de baixa renda, elas procuram um espaço para se instalar, que, quase sempre, é um local inadequado para moradia.

As tendências dos efeitos da globalização, como o aumento do desemprego e a concentração do patrimônio e da renda, resultam no aumento das desigualdades sociais. Dessa forma, fica mais fácil a constatação de que a desigualdade espacial é fruto da social, pois a segregação nada mais é do que um processo em que diferentes classes sociais tendem a se concentrar em diferentes áreas ou conjunto de bairros. Portanto, a metrópole brasileira, como lugar de maior concentração de pessoas e de capital, incorpora também uma maior diversidade de classes sociais, que se apropriam desigualmente do espaço urbano e produzem formas espaciais fortemente segregadas.

O Centro e a Periferia

Como anteriormente mencionado, a definição de centro pode ser aqui utilizada como áreas mais desenvolvidas e que disponibilizam a maior parte dos serviços e equipamentos urbanos, públicos e privados; e a periferia como o entorno (ou subúrbio) e as favelas. A periferia definida como subúrbio dispõe de uma distância maior para a utilização desses serviços e equipamentos, com um valor de solo geralmente bem inferior ao do primeiro caso.

Sogame (2001) demonstra que, em princípio, as classes sociais de maior renda é que buscavam construir suas habitações na periferia. Essas realizações pioneiras ampliaram-se no século XIX, pois a industrialização provocou a deterioração das áreas centrais e as habitações nos subúrbios surgiram como possibilidades para a localização de moradias de baixa densidade na periferia da cidade. Assim, as classes abastadas começaram a abandonar o centro e se estabeleceram na periferia.

Nos loteamentos periféricos do entorno destinados às classes de menor poder aquisitivo, a distância e o deslocamento, principalmente em função dos locais de trabalho, apresentam-se como um grande obstáculo

às oportunidades de emprego, da mesma forma que apresentam problemas relativos à carência de meios de consumo coletivo. A questão habitacional deve ser analisada com base nas questões sociais, econômicas e políticas. Devido à restrição do mercado privado, em especial do imobiliário, os moradores, para que possam ter direito à habitação, acabam por morar em lugares cada vez mais distantes do centro, ou mesmo em áreas de risco, ou em favelas que se formam próximas a esses centros.

Oliveira Silva (2007) apresenta dois modos no processo de segregação: as favelas e as cidades-dormitórios. As favelas são imóveis irregulares que surgem próximas ao centro. As cidades-dormitórios são municípios vizinhos a um outro que se constitui como centro de serviços e disseminação de capital e trabalho. Assim, sem condições de adquirir imóveis no centro, as classes menos abastadas, ao se estabelecerem na periferia, acabam (re)criando uma identidade própria, diferente daquela dos moradores dos bairros com maiores rendas. Ambos manifestam a sua própria forma de cultura e lazer, adaptando-se às condições que lhes são dadas, geralmente de caráter econômico.

Hoje se observa a existência tanto da segregação espacial da população pobre como da autosegregação da população rica. Todas essas afirmações nos levam a concluir que há um outro tipo de periferia: aquela que é ocupada pelas classes privilegiadas. Os novos loteamentos periféricos, a exemplo dos condomínios de elevado padrão, destinados a essas classes de melhor poder aquisitivo, são lugares altamente segregados ou mesmo autosegregados por se constituírem como isolamentos voluntários. É o que veremos mais detalhadamente a seguir.

Autossegregação: os enclaves fortificados e a cultura do medo

As classes mais favorecidas, do ponto de vista econômico, têm procurado se isolar do restante da cidade, abrigando-se em condomínios fechados, denominados de “enclaves fortificados”¹¹ (CALDEIRA, 2007). Essa nova forma de moradia das classes com elevado poder aquisitivo tem produzido, cada vez mais, uma cidade fragmentada, acentuando a segregação e a exclusão social. Essa autossegregação possui o propósito explícito de apartar ricos de pobres e de sua pobreza, concomitantemente procurando defender-se e resguardar-se da degradação social e da violência.

As metrópoles, com o crescente número de habitantes, tornaram-se grandes áreas com altos índices de miséria, desigualdades, desemprego, violência e outros problemas. A segregação, tanto espacial como social, faz com que a periferia fique marcada pela expansão de formas criminosas e perversas de sociabilidade, reforçando a disseminação da “cultura do medo”, que reconstrói os significados sociais, culturais e políticos desses espaços. Assim sendo, tais espaços deixam de apresentar valores positivos, referências de identidades coletivas, e passam a ser o lugar e a origem da chamada violência urbana, estigmatizando os moradores desses locais. No Brasil, a violência e a “cultura do medo” contribuem para a constituição de espaços exclusivos e protegidos, que se configuram territorialmente na autossegregação dos condomínios fechados. Tais condomínios, na verdade, não são produzidos apenas com a finalidade de moradia, pois dentro deles existem espaços destinados às compras, ao lazer, aos serviços, enfim, cada vez menos é necessário o deslocamento dos seus moradores em direção às áreas centrais.

Os habitantes desses locais procuram viver em um “mundo” distante do restante da sociedade. Reproduzem, assim, uma cultura segregacionista e excludente das elites econômicas em relação ao restante da população. Como consequência, a cidade e o território urbano tornam-se mais fragmentados, reproduzindo no plano espacial a desigualdade social existente (TRINDADE, 2007).

Há, porém, um antagonismo presente nessa questão. As classes médias e altas necessitam de pessoas das classes mais desfavorecidas, que moram na periferia, para desempenhar funções recorrentemente e principalmente de cunho doméstico. Sendo assim, os trabalhadores das “comunidades” (que os habitantes dos condomínios fechados de luxo querem distância, por uma questão de segurança) são contratados para serviços em residências autossegregadas, fato que demonstra a interdependência sócio-espacial, fazendo desse isolamento uma utopia.

¹¹ Enclaves Fortificados são espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho (CALDEIRA, 1997).

O Poder Público Como Articulador do Espaço Urbano e o Direito à Cidade

Para Duarte (2005), o sistema urbano é considerado uma unidade de consumo coletivo. Essa unidade é composta de serviços públicos necessários à reprodução do sistema capitalista: habitação, transportes, educação, saúde, etc. O poder público é o articulador do espaço urbano, sendo responsável pela distribuição espacial desses bens de consumo coletivo.

A cidade se tornou um espaço controlado por mecanismos de segregação, que visam separar ricos e pobres, causando enormes obstáculos ao exercício do regime democrático, especialmente para as camadas da população que se encontram excluídas do ponto de vista econômico, político e social. As camadas menos favorecidas da população, que na realidade são as que mais dependem do poder e dos serviços públicos, ficam praticamente abandonadas, em condições cada vez mais precárias de sobrevivência. O surgimento das periferias nas metrópoles brasileiras acaba sendo um reflexo das políticas econômicas adotadas pelo poder público ao longo dos anos.

Para Maricato (2003), a exclusão social não pode ser mensurada, mas deve ser caracterizada por indicadores como a informalidade, irregularidade, ilegalidade, pobreza, baixa escolaridade e, principalmente, a ausência da cidadania. O poder público, como o responsável pelo planejamento urbano, favorece a elite, que deseja um espaço particular para a sua reprodução social, inviabilizando o direito à cidade, tal qual a conquista da cidadania para todos.

Há uma necessidade de levar em conta que a materialidade da cidade interfere na sua democratização, obliterando-a. Assim, o acesso ao centro depende também de estruturas físicas que permitem a circulação das pessoas no ambiente urbano, e depende do acesso dessas pessoas à cidade.

O direito à cidade deve ser analisado em função das disparidades entre “geração” e “apropriação” de renda, bem como em razão da divisão social e regional do trabalho e pela concentração da terra, pois tais fatores constituem a base para a distribuição espacial da produção e para a localização de cada classe nas cidades. As classes menos “favorecidas” continuarão a ter acesso “restrito” à cidade, enquanto as políticas públicas, como as que se referem à habitação, por exemplo, não forem elaboradas a contento, gerando condições para que as referidas classes exerçam a sua cidadania, e tenham, então, um acesso mais democrático à cidade.

Segregação Ambiental

A ilegalidade em relação à propriedade da terra tem sido, como aponta Maricato (2003), um dos principais agentes da segregação ambiental. Como a “cidade formal” possui valor de solo elevado, muitas vezes os segmentos mais pobres estabelecem moradia em áreas de proteção ambiental. A tolerância do poder público em relação à ocupação ilegal dessas áreas, ou demais áreas públicas, está longe de significar uma política de respeito aos pobres. A população que aí se instala não compromete apenas os recursos naturais que são fundamentais a todos os moradores da cidade, como é o caso dos mananciais de água, mas a própria vida, especialmente pelas condições de risco estrutural.

A ocupação ilegal é largamente tolerada quando não interfere nos circuitos centrais da realização do lucro imobiliário privado. A ênfase maior é que grande parte das áreas urbanas de proteção ambiental está ameaçada pela ocupação desordenada, considerando-se que as consequências de tal processo atingem toda a cidade, especialmente as camadas populares.

A segregação ambiental é, na verdade, reflexo de um jogo de poder entre o poder público e os empreendimentos imobiliários. Por outro viés, a promiscuidade entre o poder público e o privado permite a ocupação habitacional de luxo em áreas de proteção ambiental, visando apenas a especulação e o lucro.

Considerações finais

Como pôde ser observado no decorrer do ensaio, nas metrópoles brasileiras agravam-se as diferenças sociais (exclusão) e espaciais (segregação). Assim, podemos notar que a expansão das metrópoles brasileiras

apresenta a distinção social e espacial, produzindo dois tipos de segregação: a das classes mais abastadas da população e a das classes mais pobres. A globalização ajuda a acentuar essas desigualdades sócio-espaciais, pois ela não unifica o espaço e não o uniformiza, mas acaba o fragmentando e o transformando em um espaço propício para a produção e reprodução do capitalismo.

O centro e a periferia podem ser vistos de duas formas bem distintas. Existe a periferia autosegregada, onde as classes com renda satisfatória procuram lugares mais seguros, livres da violência e de um espaço urbano desorganizado; e a periferia mais difundida (conhecida), constituída pelas classes com rendas insuficientes, onde os moradores são obrigados a conviver com a falta de uma boa infraestrutura e com a ausência de políticas públicas que proporcionem uma melhoria de sua condição de vida. A industrialização, que aqui no Brasil ganhou impulso na Era Vargas e se intensificou a partir do governo de Juscelino Kubitschek, atraiu a população rural para as grandes cidades. A falta de ordenamento e de políticas públicas, principalmente relacionadas à habitação, fez com que essa massa de trabalhadores fosse morar em periferias pobres.

Paralelamente à pobreza, os moradores das periferias pobres (principalmente o entorno) carecem de serviços como transporte, saúde, educação e lazer. O aumento das desigualdades e essa superposição de carências agravam-se ainda mais com a questão da violência urbana, que recai sobre essas periferias, não sendo elas as únicas responsáveis por esse problema que atinge todas as classes sociais, mas que, devido à incipiente escolaridade, ao desemprego, à baixa renda, entre outros fatores, acaba por ser uma marca das periferias pobres.

O poder público, como o articulador do espaço urbano, não garante o direito à cidade para essas classes menos favorecidas e, no que tange à segregação e à degradação ambiental, impõe-se quando o mercado imobiliário apresenta pretensões lucrativas para determinadas áreas, realizando a apropriação público-privada e “refletindo” (no sentido da reprodução, ou seja, reproduzindo) a segregação sócio-espacial nas metrópoles brasileiras.

Referências

BAZAN, Juliana. Cidade e Segregação: Vicissitudes e Contradições do Espaço Contemporâneo. *Estudos Goiânia*, v. 35, n. 2, p. 311-323, mar./abr. 2008.

BÓGUS, Lucia Maria Machado. Direito à Cidade e Segregação Espacial. *São Paulo em Perspectiva*, v.5, n.2, p. 47-50, abr./jun. 1991.

CALDEIRA, T. P. R. Enclaves fortificados: a nova forma de segregação urbana. *Revista Novos Estudos*, São Paulo, CEBRAP, v.47, mar. 1997.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Apresentando a Metrópole na Sala de Aula**. In: _____. *A Geografia na Sala de Aula*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 79-91.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Metrópoles e Condições Sociais. In: CONGRESSO LUSO AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS SOBRE A QUESTÃO SOCIAL NO NOVO MILÊNIO, 8., 16, 17 e 18 de Setembro de 2004, Coimbra, Portugal.

DUARTE, Matusalém de Brito. Entre o Espaço Global e o Local: Elementos para uma Reflexão Sócio-Humanista da “Explosão de Espaços” no Urbano. *Caminhos de Geografia*, v. 5, n.15, p. 41-47, jun. 2005.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O Território em Tempos de Globalização. *Etc, espaço, tempo e crítica*, v.1, n. 2 (4), 15 ago. 2007.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, Legislação e Desigualdade. *Estudos avançados*, v.17, n. 48, p.151-157, 2003.

PEREIRA, F.B.; RUIZ, R. M. As Periferias nos centros: um estudo das estruturas metropolitanas brasileiras. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, HISTÓRIA, DEMOGRAFIA E POLÍTICAS, 12., 29 de Agosto a 1º de Setembro de 2006, . Diamantina, MG.

RAICHELIS, Raquel. Gestão Pública e a Questão Social na Grande Cidade. In: *I Relatório Científico da Pesquisa Temática: Gestão Pública e Inserção Internacional das Cidades. Parceria entre o Cedec, PUC – SP, Unesp, FGVSP, financiada pela Fapesp.* São Paulo, Fevereiro de 2006.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Democracia e Segregação Urbana: Reflexões sobre a Relação entre Cidade e Cidadania na Sociedade Brasileira. *Revista Eure*, Santiago de Chile, v. 29, n. 88, p. 79-95, diciembre 2003.

SANTANA, Fabio Tadeu; DUARTE, Ronaldo Goulart. *Rio de Janeiro: Geografia - Estado e MetrÓpole.* São Paulo: Editora do Brasil, 2009.

SILVA, Keli de Oliveira. A Periferização Causada pela Desigual Urbanização Brasileira. *Revista UrutÁgua*, MaringÁ, Paraná, n. 11, , dez 2006 - jan./mar. 2007.

SOGAME, Maurício. Rudimentos para o Exame da Urbanização em sua Fase Crítica: uma Aproximação ao Conceito de Segregação Socioespacial. *Geografares*, Revista do Departamento de Geografia, Espírito Santo, n. 2. p. 95-103, jun. 2001.

TRINDADE, Thiago Aparecido. Desigualdade, Fragmentação da Cidade e Conflitos Sociais. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 8, n. 22, p.154-165, set. 2007.